

COMISSÃO DE INQUÉRITO
ESTUDANTIL À ACTIVIDA
DE FINANCEIRA DA DIREC
ÇÃO GERAL DA A.A.C.

RELATÓRIO

1) INTRODUÇÃO

1) CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO

Esta Comissão constituiu-se com base em elementos das Comissões de Curso de diversas Faculdades (Letras, Economia, FCTUC, Psicologia, Direito) e das Secções e Organismos da A.A.C., os quais foram mandatados pelas respectivas estruturas para dele fazerem parte. Todas estas estruturas responderam assim afirmativamente à sugestão de uma R.G.A. da F.E.U.C., a qual, face à gravidade das acusações feitas à D.G. da AAC em conferência de Imprensa promovida pelos Organismos e Secções da AAC, considerou necessária e propôs a formação desta Comissão.

Dela fazem parte os seguintes elementos, que realizaram a sua primeira reunião plenária aos 9 de Janeiro de 1980: Carolina Gomes e José Santos, ambos de Direito, Teresa Martinho e Manuel Ruano, de Letras, Jorge Vaquero e José Isaac, de Economia, Fátima Sequeira e Márinho da Silva, de Psicologia, Lídio Oliveira, da FCTUC, José Gonçalves, pelos Organismos Autónomos, João Alçada, das Secções Desportivas e Luisa das Secções Culturais.

2) PRINCÍPIOS DE ORIENTAÇÃO DA COMISSÃO DE INQUÉRITO.

Esta Comissão assumiu desde o início das suas funções o compromisso de manter a mais estreita isenção, pelo que não emitirá qualquer juízo de valor acerca dos factos apurados, limitando-se a uma exposição informativa. Deste modo, e por comum acordo dos seus membros, não constarão deste relatório quaisquer conclusões ou apreciações acerca da correção ou legalidade das situações verificadas. Assim, qualquer juízo ou interpretação de alguns dos seus membros sobre os factos apurados, deverá ser entendida como mera opinião pessoal que não vincula o colectivo constituído por esta Comissão.

3) ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO

Visando a rápida e precisa percepção da realidade, entendeu esta Comissão dever desenvolver os seus trabalhos com base na recolha directa de dados ou informações, quer junto da D.G. e dos funcionários da AAC por aquela autorizados devidamente, quer junto das diversas Secções e activistas associativos. Foi ainda contactada a Reitoria.

1) EXPOSIÇÃO DOS FACTOS APURADOS

1) NOTA PRÉVIA

Neste ponto, adoptaremos como método o

seguinte:

- em primeiro lugar, as questões serão abordadas com base nas acusações feitas à Direcção Geral em conferência de imprensa, das Secções e Organismos da AAC, seguidas de uma breve explicação;

- em segundo lugar, será apresentada a posição da Direcção Geral sobre o assunto em causa, com base nas declarações prestadas pela mesma a esta Comissão de Inquérito;

- em terceiro lugar aparecerá uma exposição desta Comissão com base nos factos apurados.

Deste modo, serão quatro os temas tratados:

- cortes financeiros às Secções;
- contabilidade das Secções Nautilus e Motorismo irregular;
- desvios de verbas para entidades estranhas à A.A.C.;
- não contabilização de receitas e subsídios da Semana Académica, a par da existência de dinheiros desta iniciativa em contas particulares.

2) SITUAÇÃO VERIFICADA

1.ª ACUSAÇÃO

- CORTES FINANCEIROS ÀS SECÇÕES -

Foi a D.G. acusada de fazer cortes financeiros às Secções, facto que se traduzia no deficiente funcionamento e, em alguns casos, na paralização de actividades das Secções. A acusação foi fundamentada no facto de, apesar de as verbas terem sido atribuídas às Secções, haver montantes importantes que aquelas não puderam utilizar por a D.G. não ter dado as necessárias autorizações de pagamento. Deste modo, consideraram existir um corte "de facto" nas verbas das Secções, uma vez que a D.G. tinha recebido os duodécimos destinados às Secções.

POSIÇÃO DA D.G.

A D.G. negou a existência de qualquer corte financeiro às Secções, referindo apenas o congelamento temporário da verba atribuída ao CESE, o qual teria sido entretanto levantado. Fundamentou a sua afirmação no facto de as verbas terem sido atribuídas a todas as Secções.

SITUAÇÃO APURADA

19 - SECÇÕES DESPORTIVAS (situação relativa a 31 de Dezembro de 1979)

a) Quatro Secções tinham recebido integral-

mente os duodécimos que lhes foram atribuídos. Estas Secções (Andebol, Basquetebol, Esgrima, Judo) tinham também, àquela data recebido excedentes, num montante global de 58 625\$00, distribuídos da seguinte forma:

O Andebol	recebera um excedente de	17.855\$00
O Basquetebol	" " " "	18.770\$00
A Esgrima	" " " "	7.500\$00
O Judo	" " " "	14.500\$00

b) A situação das restantes era a seguinte:

SECÇÃO	VERBA ATRIB/VERB.RECEB/A	RECEBER	RECEBER
ATLETISMO	85.000\$00	22.000\$00	63.000\$00
BADMINTON	25.000\$00	4.500\$00	20.500\$00
GINÁSTICA	110.000\$00	20.000\$00	90.000\$00
HALTEROFIL.	30.000\$00	5.000\$00	25.000\$00
KARATÉ	37.000\$00	4.000\$00	33.000\$00
NATAÇÃO	50.000\$00	47.500\$00	2.500\$00
PATINAGEM	156.000\$00	149.000\$00	17.000\$00
RUGBY	138.000\$00	114.000\$00	24.000\$00
TÊNIS	20.000\$00	9.500\$00	10.500\$00
VOLEIBOL	70.000\$00	59.500\$00	10.500\$00
XADREZ	25.000\$00	21.500\$00	4.500\$00
FUTEBOL	45.000\$00	36.000\$00	9.000\$00
TÊNIS DE ME.	20.000\$00	5.000\$00	15.000\$00

Verifica-se assim, existir àquela data uma dívida da D.G. para com as Secções Desportivas no montante de 313.500\$00, relativa aos duodécimos que lhes haviam sido atribuídos. Esta quantia representa 31,4% da verba total atribuída à actividade desportiva.

Acresce que foram creditados 340.000\$00 ao Conselho Desportivo que também não foram levantados (34,5% da verba global).

29 - NO QUE SE REFERE ÀS SECÇÕES CULTURAIS, APUROU-SE O SEGUINTE:

a) Três Secções não foram creditadas em qualquer montante - Museu Académico, Grupo da Mulher, Grupo Ecológico.

b) Quanto às restantes Secções a situação era a seguinte:

SECÇÃO	VERBA ATRIB/VERB.RECEB/	A RECEBER	A RECEBER
CEA-I	6.000\$00	2.000\$00	4.000\$00
CEC	79.000\$00	14.000\$00	65.000\$00
CESE	6.000\$00	—	6.000\$00
CER	53.500\$00	22.000\$00	31.500\$00
CAP	30.000\$00	18.000\$00	12.000\$00
FILATELIA	32.500\$00	—	32.500\$00
CEF	58.000\$00	17.000\$00	41.000\$00

Verifica-se a existência de uma dívida no montante de 192.000\$00, o que representa 72,45% do total atribuído (265.000\$00). Não foi atribuída qualquer verba ao Conselho Cultural.

Ainda no que se refere a verbas, verificou esta Comissão terem sido reduzidas as verbas atribuídas para contratação de Técnicos das diversas Secções, o que impossibilitou a contratação de alguns deles, o que no entender das Secções afectadas prejudicou o seu funcionamento. A situação era a seguinte:

A verba destinada a Técnicos da Nataçãõ foi reduzida de 22.500\$00 para 12.000\$00 mès, o que levou à impossibilidade de contratação de dois monitores, ficando apenas um técnico em funções. A verba relativa ao Futebol que era de 6.000\$00 foi anulada. Para o Voleibol a verba foi reduzida de 19.800\$00 para 16.000\$00. Por outro lado ao Karatê e ao Judo foram mantidas as verbas para Técnicos.

Esta é uma pequena amostra que foi possível recolher, dado que não houve possibilidades de consultar todas as Secções sobre a matéria, e alguns contratos de Técnicos não foram ainda enviados para a Tesouraria.

2.ª ACUSAÇÃO

- DESVIO DE VERBAS PARA ENTIDADES ESTRANHAS À AAC -

Esta acusação reporta-se a dois casos diferentes. O primeiro refere-se ao facto de a D.G. ter utilizado o autocarro da AAC, para a deslocação de um grupo de forçados a uma garralada em detrimento de uma Secção Desportiva (Voleibol) que o desejava utilizar para uma deslocação, tendo-se, por esse facto, visto na contingência de alugar um autocarro para a referida Secção. O segundo liga-se ao facto de a D.G. ter cedido gratuitamente, ao CAC, o Teatro Gil Vicente a uma 5.ª feira (dia que está reservado para utilização da AAC), em detrimento de uma Secção Cultural (CEC) que desejava nesse dia projectar um filme. Nessa circunstância, a D.G. teria tido que pagar à referida Secção a quantia necessária ao pagamento das despesas já efectuadas com a projectada sessão de cinema. (Num caso e no outro, a D.G. é acusada de financiar, indirectamente, entidades estranhas à AAC.)

SITUAÇÃO APURADA

a) Verifica-se que, de facto, a D.G. utilizou o autocarro nas referidas circunstâncias, pois como se vê ela não negou esse facto. Não cabe, naturalmente, a esta Comissão, ajuizar sobre a justeza ou não da utilização de um autocarro da AAC por um grupo de forçados da D.G., em detrimento de uma Secção Desportiva.

b) No que se refere à cedência do T.Gil Vicente ao CAC, que a D.G. confirma, e como também não cabe a esta Comissão avaliar da correcção ou incorrecção das opiniões divergentes da D.G. e das Secções e Organismos, limitar-nos-emos a referir o depoimento de um elemento do CEC. Este afirma ter sido contactado pela D.G. com vista à desistência, por aquela Secção, da ocupação do T.G.V., tendo na altura exigido o pagamento das despesas já efectuadas com a sessão que não chegou a realizar-se.

3.ª ACUSAÇÃO

- CONTABILIDADE DAS SECÇÕES NAUTILUS E MOTORISMO (ligadas à D.G.) IRREGULAR -

Segundo as Secções e Organismos, a contabilidade do Nautilus e do Motorismo, dependendo da D.G., não estaria a ser processada devidamente na Tesouraria. Efectuaram despesas na AAC, utilizando bens e serviços da mesma, e aparecem externamente como Secções da mesma Associação, utilizando o seu símbolo, sem que no entanto tenham sido criadas pelo Plenário de Secções e Organismos da AAC, como é uso aquando da criação de novas Secções e sem que a sua contabilidade se processe regularmente.

POSIÇÃO DA D.G.

a) Motorismo - A D.G. negou tratar-se de uma Secção, afirmando ser apenas um grupo de colaboradores da D.Geral. Adiantou que a AAC não dispendeu qualquer verba com o Motorismo e que as despesas de telefone e da revista e autocolantes editados constituíam dívidas à AAC. Inquirida acerca da utilização do símbolo da AAC, a D.G. afirmou nada ter a ver com o caso, declinando qualquer responsabilidade.

b) Nautilus - A D.G. negou tratar-se de uma Secção, afirmando tratar-se unicamente de um departamento da D.G. que funciona como intermediário, sem fins lucrativos, entre os estudantes e as agências de turismo. Adiantou que este departamento presta contas na contabilidade, como qualquer Secção, o que ainda não terá sido feito pelo facto de esse processamento se fazer numa conta da D.G., ainda inexistente, e a criar com a adopção do P.O.C.. Acrescentou que o Nautilus está a cargo de um elemento da D.G. e de um colaborador e que não faz despesas de dinheiro à AAC.

SITUAÇÃO APURADA

a) Motorismo - existe uma dívida do Motorismo, à Secção de Textos, no montante de vin-

te e quatro mil seiscentos e oitenta escudos (24.680\$00).

- Há pelo menos um registo telefónico, na folha de telefones da D.G. do mês de Abril em nome do Motorismo.

b) Nautilus - Foi aberto um crédito de cem mil escudos (100.000\$00) ao Nautilus, por ordem da D.G.. Este é o único registo contabilístico que se lhe refere.

- O colaborador da D.G., para esta Secção (Pedro Martins) registou telefonemas em nome da D.G., conforme consta da folha de telefones do mês de Maio.

A situação do Nautilus e Motorismo é pouco clara. Internamente, utilizam os bens e serviços da AAC como qualquer Secção, externamente aparecem como sendo Secções da AAC. No entanto, não processam as despesas e receitas efectuadas na Tesouraria e a D.G. nega que sejam Secções, atribuindo-lhes um estatuto que não está bem definido.

NOTAS: I) As averiguações feitas nas folhas de telefone da D.G. limitam-se aos meses de Fevereiro, Março, Abril e Maio de 1979, já que após essa data a D.G. deixou de as enviar para a Contabilidade.

II) Segundo declarações de um elemento da Secção de Textos, as dívidas referidas em a) foram contraídas com conhecimento da D.G. e, no que se refere ao Motorismo, uma dívida anterior à Secção de Textos, no montante de dois mil e noventa escudos (2.090\$00), teria sido paga pelo então tesoureiro da D.G., Amadeu Carvalho, sobre conta pessoal.

4.ª ACUSAÇÃO

- NÃO CONTABILIZAÇÃO DE RECEITAS E SUBSÍDIOS DA SEMANA ACADÉMICA E EXISTÊNCIA DE VERBAS DESTA INICIATIVA EM CONTAS PARTICULARES.

As Secções e Organismos, na referida conferência de imprensa, acusaram a D.G. de não ter feito entrar na Tesouraria da AAC importantes receitas e subsídios oficiais para a Semana Académica, realizada de 2 a 10 de Junho, para além de indicarem que existiam dinheiros dessa iniciativa em contas particulares.

Como esta acusação apresenta dois aspectos diferentes, adoptaremos como método tratá-los separadamente.

POSIÇÃO DA D.G.

1) No que se refere à não contabilização das receitas e subsídios, a D.G. considerou que,

pelo facto de ter recebido a colaboração da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra (AAEC) e da Associação Comercial e Industrial de Coimbra (ACIC), esta iniciativa ultrapassou a AAC e empenhou a cidade, motivo pelo qual entendeu aquela D.G. fazer numa outra entidade, a Reitoria da Universidade de Coimbra, depositária daquelas contas. Sobre esta matéria acrescentou que a AAC só não gastou quaisquer quantias com a organização da referida iniciativa como ainda ganhou com ela.

NOTA - Nesta audiência, a D.G. entregou a esta Comissão os documentos um, dois e três, que foram enviados para a Reitoria. Segundo esses documentos, a S.A. teria tido um total de receitas de 937.952\$00, o que deduzido do total das despesas (775.535\$40) resulta num saldo de 162.417\$40. Deste, teriam sido aplicados já 154.238\$00, pelo que o saldo disponível era, à data do envio daqueles documentos (10/10/79), de 8.179\$40. Nesse documento refere-se a hipótese da recepção de mais dois subsídios, da C.M. de Turismo no montante de 30.150\$00 e do Governo Civil de Coimbra, no montante de 10.000\$00.

2) A D.G. negou a existência de dinheiro em contas particulares, admitindo no entanto, que tivesse necessidade de utilizar um cofre nocturno, mas que todo o dinheiro existente nesses depósitos (em nome particular) havia sido transferido para a conta da AAC no fim da S.A.. Adiantou que se qualquer elemento da D.G. passou cheques em nome pessoal o terá feito a título de empréstimo ou donativo.

SITUAÇÃO APURADA

1) A - Conforme comunicado da D.G. de 25 de Maio de 1979, intitulado "SEMANA ACADÉMICA SERÁ UMA REALIDADE", a D.G. afirma: "Como se tem vindo largamente a noticiar, a D.G. da A.A.C. está a organizar a Semana Académica, que se realizará de 2 a 10 de Junho".

B - A D.G. enviou para a Reitoria, em papel timbrado da AAC e com assinatura do seu Tesoureiro (José Lopes), as contas constantes dos documentos anexos um, dois e três, com data de 10 de Outubro (4 meses depois da realização da S.A.). Parte destas contas foram posteriormente tornadas públicas em resposta à conferência de imprensa das Secções e Organismos, num esclarecimento público da D.G.

C - Na contabilidade da AAC existem seguintes registos relativos à Semana Académica:

DOCUMENTO	DATA	VALOR
85*	28/9/79	10.000\$00
86*	28/9/79	15.000\$00
110.A	7/12/79	6.580\$00
112	7/12/79	20.000\$00
114	10/12/79	10.000\$00
125	16/1/80	10.920\$00
126:	16/1/80	4.824\$00
127	16/1/80	3.000\$00

* - empréstimos à AAC

Estas entradas prefazem um total de oitenta mil trezentos e vinte e quatro escudos (80.324\$00).

D - É conhecido também, embora ainda não tenha sido contabilizado um empréstimo de 25.000\$00 ao Andebol com proveniência da Semana Académica. Este quantitativo, adicionado aos subsídios à AAC de 28/9/79 (25.000\$00) e ao empréstimo ao Atletismo (10.000\$00, em 1/12/79), perfazem o total de 60.000\$00 referidos nas contas da D.G. referidas em B.

E - Das restantes aplicações, Central telefónica interna (68.703\$00), móveis metálicos (5.535\$00) e contabilidade segundo o P.O.C. (20.000\$00) são esta última se encontra registada nas folhas de caixa.

F - Os subsídios oficiais concedidos e referidos nos documentos indicados em B - não se encontram contabilizados. Na Tesouraria encontram-se os documentos referentes às autorizações de pagamento dos subsídios do G.A.C.D.U. (aut.pag. nº16224 de 22 de Junho de 79 - 50.000\$00) e da A.D. de Coimbra (nº2203 de 7 de Maio de 79 de 20.000\$00) os quais não foram contabilizados porque a D.G. apenas entregou o Tesoureiro de levantar o dinheiro (o qual não deu entrada na Tesouraria da AAC). Do subsídio da F.Gulbenkian não há qualquer registo ou documento, embora a D.G. o refira.

G - Estão depositados no cofre da AAC, sem registo contabilístico, 3 envelopes que contêm um total de 104.824\$00 (70.000\$00 mais 30.000\$00 mais 4.824\$00). Sobre o conteúdo destes envelopes foram metidos vales do modo que se segue:

1) 1º envelope - continha 70.000\$00, aparentemente relativos ao subsídio do GACDU e AD de Coimbra e sobre ele foram metidos vales no valor global de 25.950\$00 para empréstimo a técnicos, 25.000\$00 sem indicação da utilização, levantados pelo Tesoureiro, e 1.700\$00 referentes a subsídios à AAC.

2º envelope - continha 30.000\$00, sobre os quais foram metidos vales de 13.000\$00 para

a D.G., 15.000\$00 para empréstimo ao Rugby e 2.000\$00 para o tesoureiro sem indicação da aplicação que lhe era destinada.

3º envelope - continha 4.824\$00, transformado em subsídio ou empréstimo à A.A.C., e aparentemente vinha contabilizado (vide registo de 16/1/80).

2) No que se refere à existência de dinheiros da Semana Académica em contas particulares, esta Comissão recolheu o depoimento de um elemento do CEC o qual afirma ter recebido, do então tesoureiro da AAC, Amadeu de Carvalho, a quantia de 4.000\$00 para pagamento de despesas com a projectada sessão de cinema, referida atrás a propósito da cedência do Gil Vicente ao CAC. Conforme a declaração deste elemento, ter-lhe-ia perguntado se se importava de receber da S.A. e entregou, de seguida, 2.500\$00 em numerário e 1500\$00 sobre cheque particular, tendo na altura passado o cheque cuja fotocópia, acompanhada do respectivo recibo, se apresenta. Esta operação não se encontra contabilizada na Tesouraria da AAC, assim como a transferência do dinheiro existente em contas particulares, por utilização do Cofre Nocturno, para as contas da AAC não se encontra registado.

NOTAS: 1) Se as promessas de subsídios da Comissão Municipal de Turismo e Governo Civil foram concretizadas, também não foram registadas na Tesouraria.

2) Existe uma folha referente a um subsídio da C.M.C. à AAC, para a Semana Académica, que o tesoureiro mandou entrar como subsídio normal alegando já ter recebido, da mesma proveniência e com o mesmo fim, um subsídio de igual montante. A nota que se lhe refere está escrita na folha que autorizava o levantamento de 20.000\$00 (autorização nº4255 de 29 de Junho - 20.000\$00), levando a supor a existência de um outro subsídio, não recebido pela Tesouraria e não indicado nas contas apresentadas pela D.G.

III) NOTAS FINAIS

Ao concluir este relatório não podemos deixar de apontar o facto de não termos a pretensão de tudo ter visto e queremos, por isso, deixar bem clara a hipótese de posteriormente à sua saída, poderem surgir dados novos sobre a situação verificada. Não consideramos, nem pretendemos, portanto, ter esgotado a averiguação.

Mas, o prosseguimento deste trabalho não está já nas nossas mãos, não compete a esta comissão.

Por outro lado, não podemos deixar de referir que este relatório não pode ser entendido senão como uma tentativa de informar a população estudantil, e que a competência desta Comissão não ultrapassa esse limite: informar os estudantes com dados recolhidos na AAC e de que, muitos não terão conhecimento. Esperamos assim contribuir positivamente com dados concretos, para a compreensão da situação da AAC - esta a nossa única pretensão e o marco delimitador da nossa competência.

Esta Comissão cessa funções com a conclusão e publicação do presente relatório, o qual vem acompanhado de fotocópias de documentos relativos aos factos apurados.

COIMBRA, 11 de FEVEREIRO de 1980

NOTA - OS DOCUMENTOS REFERENCIADOS AO LONGO DO TEXTO DO RELATÓRIO, NÃO SERÃO ANEXOS A ESTE COMUNICADO, POR MOTIVOS ECONÓMICOS.

ELES FICARÃO DEPOSITADOS, JUNTAMENTE COM O ORIGINAL DESTES RELATÓRIO, NA AAC, ONDE, QUEM OS QUIZER CONSULTAR, PODERÁ CONTACTAR O ELEMENTO JOSÉ CONÇALVES, NO ORPEON.